



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 01 /20**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 13 DE  
FEVEREIRO DE 2020**

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pelo Partido Socialista:*

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, Diogo da Silva Mourão e Ana Lúcia Felgueira Maduro.

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Susana Isabel Marques Pereira Maia, Maria de Fátima Lima Vieira.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, Ana Mafalda Boieiro Marques e Alexandra Isabel da Silva Braz.

*Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:*

- Luiz Branco Batista.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à minuta da ata)

- Rodolfo Soares Marques Pereira, justificou a sua ausência por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Rui da Graça Santa. (Documento anexo à minuta da ata)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivos de ordem pessoal, tendo sido substituída por Ana Cristina Tavares Brandão. (Documento anexo à minuta da ata)

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, por se encontrar com licença de maternidade, tendo sido substituída pela vogal da Junta de Freguesia de Alcochete, Paula Alexandra Ferrão Pereira. (Documento anexo à minuta da ata)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, Estêvão António das Neves Boieiro, Jorge Manuel Pereira Giro e Pedro Miguel Abreu Louro.

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- Ata da sessão ordinária realizada em 25 de junho de 2019.

Submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

**Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:**

- Luiz Batista:

Lamentou que o presidente da assembleia não tivesse informado este órgão da sua presença no âmbito do projeto “Alcochete sem fronteiras”, dado ter havido reunião dois dias antes. Tomou conhecimento através das redes sociais.

As comemorações do 15 de janeiro de 1898 representam a restauração do concelho e por isso, é normal que o município escolha esta data para agraciar não só os seus funcionários, mas também aqueles que contribuem para o engrandecimento/ contributo de Alcochete. A sessão foi realizada no Fórum e na sua opinião correu bem, com muito profissionalismo, contudo estranhou que nas redes sociais o município se referisse a esta como espetáculo e não como sessão solene, solicitando que futuramente seja corrigido. Ainda a propósito deste evento, entende que protocolarmente não se deu cumprimento à precedência dos titulares de cargos políticos e disso deu alguns exemplos.

A medalha D. Manuel foi a última a ser entregue pelo presidente da câmara e pela vice-presidente e na sua opinião foi correto. Trata-se da medalha “de agradecimento maior”, logo deveria ter sido entregue pelo presidente da assembleia municipal em conjunto com o presidente da câmara.

Na Galeria Municipal verificou que o posicionamento dos vários intervenientes não era diferente do anterior, agravado pelo facto de não terem sido colocadas as três bandeiras, tratando-se de uma sessão solene.

- Presidente da câmara:

Esclareceu que a organização das comemorações da restauração do concelho, tem sido sempre da câmara municipal e não da assembleia municipal. Desta forma, compete à câmara, realizar o evento nos moldes que entender. O momento solene é uma coisa e o espetáculo é outra. O que se apresentou foi um espetáculo ou uma gala, conforme lhe

queiram chamar. A gala conteve a sessão solene que foi feita com toda a solenidade, num espaço acolhedor, recetivo e foram atingidos os objetivos propostos.

Quanto às precedências, tratando-se de um espetáculo não há lugares definidos e foi decidido alterar a ordem de entrega das medalhas, sendo que apenas na entrega da medalha de bons serviços subiram ao palco os sete elementos do executivo municipal.

- Presidente da assembleia:

O evento foi organizado pela autarquia. Compareceu em representação da assembleia e foi nessa ótica que foi recebido.

Quanto ao Encontro de municípios ocorrido em Vila Real, deu conhecimento do que ali foi tratado, quer quanto ao primeiro ponto que tinha a ver com descentralização, quer quanto ao segundo sobre regionalização.

- Alexandre Gonçalves:

Referiu que recentemente foi dado a conhecer o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo de Lisboa e a título de introdução referiu que do que lhe é dado saber, o plano cria 12 polos de turismo, que por sua vez se dividem em 3 grupos ou níveis, sendo eles: os polos consolidados, os polos em desenvolvimento e os polos a potenciar. Alcochete encontra-se neste último.

Face a isto, questionou:

- O município de Alcochete foi chamado a participar na alteração ao Plano Estratégico?
- O município de Alcochete foi chamado a pronunciar-se sobre o Plano?
- Qual é a apreciação que o executivo faz deste Plano?
- Qual é o impacto que é esperado com este Plano de Desenvolvimento, tendo em atenção a importância do turismo quer para a economia nacional, quer em especial para o concelho.
- Este Plano. De alguma forma altera ou obriga a adaptações e quais são elas?
- Qual a estratégia que o município irá seguir, tendo em conta a política estratégica local já existente, relativamente à questão do turismo?

- Henrique da Câmara:

Deu conhecimento da caracterização processual da CPCJ (como membro da Assembleia na Comissão); no cômputo geral ao longo do ano de 2019 transitaram 58 processos de 2018, foram feitos 73 novos processos em 2019 e reabertos 19 processos. Foram arquivados 99 processos e remetidos a outras CPCJ 2 processos. No momento, já há 59 processos, ou seja, no espaço de um mês e meio, já foram reabertos mais 5 processos.

Face às notícias da comunicação social relativas à apreensão de 8 mil quilos de ameijoas do rio, questionou se o presidente da câmara tem alguma informação que possa transmitir, face ao protocolo de colaboração assinado em 2017 pela senhora Ministra, para a construção de uma infraestrutura de depuração no Barreiro, que deveria estar pronta no prazo máximo de um ano, ou seja em 2017, apesar de o auto de consignação apenas ter sido assinado em fevereiro de 2019. A obra tinha um prazo de 5 a 6 meses para estar concluída, mas a verdade é que não está.

Em 2018, o presidente da câmara referia que o preocupava bastante a degradação e a sujidade existente no espaço público, por via dos problemas que são criados pelo assoreamento do rio Tejo, os estragos existentes na ponte-cais e pontão, na Praia dos Moinhos e na praia do Samouco. Referia também, que nesta última, a situação estava a atingir um nível bastante preocupante, porque o exercício desta atividade elencava crimes económicos e de saúde pública e não se confinava apenas à apanha ilegal dos bivalves, mas também a problemas de ordem pública, nomeadamente a falta de pudor na via pública.

Acrescentou também, que na ponte-cais já se registam níveis de degradação preocupantes, porque os pilares começam a ficar desgastados. Estas preocupações foram transmitidas à Administração do Porto de Lisboa e em reunião com esta em 2018, foi-lhe transmitido o compromisso de apresentar esta preocupação junto da senhora Ministra do Mar.

Trata-se de um problema que a todos preocupa e embora esteja um pouco melhor, a verdade é que se continua a assistir a problemas graves no Samouco e em Alcochete.

Questionou também, o que se passa com as descargas da Simarsul diretamente para o rio Tejo? Parece-lhe que já não são apenas situações pontuais, mas sim recorrentes, porque as descargas são sintomáticas, desprovidas de qualquer proteção.

Informou que lhe chegaram reclamações, por parte de munícipes, os quais não as enviaram à câmara porque não conseguem enviar a esta e-mails. Sobre se a rua do Láparo entre outras, estará a ter algum impacto no caudal de água bem como ao nível da sua qualidade, dado haver munícipes que se queixam de falta de água, ou de pouca pressão e por vezes apresenta-se bastante suja, o que é incómodo.

Solicitou um ponto de situação relativo à obra do “Miradouro Amália Rodrigues” e questionou se está para breve alguma intervenção no Albergue da Juventude. A terminar, questionou sobre uma moradia ou prédio, na avenida 5 de Outubro, dado que lhe parece existir um consumo de água sem contador (ou pelo menos visivelmente não tem).

- Luiz Batista:

Relativamente à limpeza das praias:

Afirmou que no verão do ano anterior correu bem. A câmara fez um esforço muito grande na limpeza diária e apesar de no inverno não se justificar a sua continuação, entende que se deveria assegurar a limpeza pelo menos uma vez por mês, sobretudo a seguir às grandes descargas de barragens e às cheias durante os dias mais chuvosos, que arrastam troncos e mais lixo que vem de montante e para nas nossas praias.

Esta preocupação é também transmitida por munícipes que utilizam a praia como recreio e que se sentem constrangidos pelo estado em que se encontra a de Alcochete. A câmara não se deve demitir e deveria participar nas ações de limpeza que estão programadas.

Quanto às descargas da Simarsul afirmou que como reside na zona tem verificado que se passará algo de anormal, mas não sabe se o problema será da estação de bombagem ou da ETAR.

O PSD entende que a responsabilidade não é da câmara, mas sim da Simarsul, e os municípios pagam na sua fatura da água. Existem contas a acertar entre a Simarsul e a câmara e se calhar qualquer dia, com esta situação, a câmara será credora da Simarsul. De seguida chamou a atenção para os assuntos que ainda não obtiveram resposta, nomeadamente:

- Colocação de bandas sonoras na avenida dos Barris, em frente à escola provisória do Valbom;
- Passadeira desnivelada em frente à escola da Restauração;
- Limpeza, e falta de corte de arbustos na rua das Descobertas e na vala adjacente.

Presidente da câmara:

Congratulou-se com a atenção que o deputado Alexandre Gonçalves dispensou ao assunto, que é de uma grande importância, mas que ainda se encontra numa fase embrionária, pese embora, o Plano já ter sido apresentado e foi com o concelho de Alcochete, entre outros, em potenciar e pouco mais, no que ao estratégico diz respeito. A câmara foi ouvida no ano anterior em relação a esta matéria e o que foi abordado foi dar conta do que é a estratégia para esta câmara, na potencialização do que mais importante temos para oferecer no âmbito do turismo, nomeadamente a gastronomia, o património, a natureza, as tradições e costumes.

Considerou serem um povo “sui generis” com características muito próprias e que no âmbito da AML marca a diferença nestas valências. Entende que o esforço que tem vindo a ser feito, acabou por potenciar Alcochete no Plano Estratégico.

Esteve presente na leitura e apresentação do Plano e em face disso, entende que para o município de Alcochete e para outros que se encontram na posição de potenciar, ainda estão numa fase que não passa de um Plano que foi apresentado sem ocorrerem grandes desenvolvimentos.

Em relação à construção da depuradora, informou que esteve presente, há cerca de um ano, no dia em que foi fixada uma placa e verificou que no terreno estavam algumas máquinas prontas a trabalhar, ficando por isso com a sensação que volvido o tempo de execução previsto estaria em funcionamento. Contudo, pessoalmente, já não deposita grandes esperanças na construção da depuradora/transformadora, mas ainda assim, e conhecendo da mesma forma que a larga maioria das pessoas conhece, entende que esta construção “per si” seja a solução para este problema. Sabe (não de forma oficial) que existe um problema quanto ao terreno e que os projetos tiveram que ser alterados.

O atual executivo, a exemplo de outros, não assumiu nenhum compromisso para resolver um problema que não está sob a sua alçada. É impossível e por isso nunca prometeu que resolveria o problema dos mariscadores, porém, podem contribuir para uma solução como foi feito no Samouco, criando um ambiente diferente daquele que era habitual.

De facto, este é um problema muito sério, que envolve várias entidades, vários ministérios em simultâneo. Defende a criação de uma “task force”, uma unidade coesa com todos os que de uma maneira ou outra têm responsabilidades nesta matéria e para isso a câmara está disponível.

Relativamente às descargas que têm sido efetuadas pela Simarsul, informou que a primeira vez que foi informado da situação foi numa reunião de câmara. Tão pouco o vereador Pedro Lavrado e o vereador Vasco Pinto tinham conhecimento. Na última reunião o assunto voltou a ser levantado pelo vereador Pedro Louro dizendo que a situação era recorrente. Posteriormente também foram alertados por vários munícipes, pelo que se estabeleceu contacto imediato, via telefone com a Simarsul, mas não se obteve resposta. No passado dia 7 foi enviado um *e-mail* para o Conselho de Administração da Simarsul, solicitando explicações sobre esta matéria, mas também não se obteve resposta. No dia de ontem foi remetido um ofício (assinado por si) com um conjunto de fotografias alusivas a esta matéria.

A informação (não oficial) de que dispõe é a de que a Simarsul estará com problemas na ETAR e daí as descargas. Caso não obtenham nenhuma resposta, alertarão o SEPMA da GNR.

Quanto à água com um tom acastanhado, deve-se à falta de pressão, porém não tem conhecimento de nenhuma reclamação nesse sentido, contudo, não deixa de acreditar que de facto isso ocorra. De facto, têm vindo a ser feitas várias obras de requalificação de infraestruturas no subsolo, nomeadamente no centro histórico, tal como aconteceu nas ruas Francisco Diogo e António Maria Cardoso e isso poderá ter contribuído para o aparecimento da coloração na água. A mesma situação ocorre na rua do Láparo.

Frisou em relação ao Miradouro Amália Rodrigues que não dá informações evasivas, mas sim as que são possíveis prestar e nunca fez questão de ocultar nada em nenhuma matéria, voltando uma vez mais, a explicar o que se passou até ao momento com esta empreitada. Face ao desenrolar dos acontecimentos, os serviços de contratação pública estão a preparar um novo processo para que o procedimento possa seguir os trâmites legais.

A questão do Albergue da Juventude já por diversas vezes foi abordada. Este equipamento tem vindo a agravar-se ao longo dos últimos dois anos, porém, ressaltou que este pior do que estava, dificilmente ficará.

Este equipamento é para ficar com a mesma finalidade, mas não acrescentou quando estará concluído, tanto mais que o mesmo apresenta grandes problemas estruturais, para além dos elétricos e de gás. Congratulou-se pelo facto de o equipamento estar encerrado, contribuindo assim, para a segurança dos eleitos e dos funcionários.

Em relação ao edifício construído na avenida 5 de Outubro, esclareceu o seguinte: o edifício foi construído de acordo com o PDM em vigor e do RJUE e encontra-se fora da chamada zona especial. A obra tem rede de água que não é visível do exterior.

- Vereador Pedro Lavrado:

Esclareceu que o projeto da referida obra não foi aprovado pelo atual executivo. O presente executivo apenas emitiu o alvará para construção.

Ainda em relação ao edifício atrás referido, salientou que seria bom que as pessoas que levantam estes assuntos, se dessem ao trabalho de fazer uma visita completa ao local. Ninguém está a tirar água de lado nenhum, nem a consumir água sem ser paga.

- Presidente da câmara:

Em resposta a Luiz Batista, informou que uma parte das questões colocadas já foram por si respondidas, atendendo a que uma parte delas também foram formuladas pelo deputado Henrique da Câmara.

Acrescentou que a câmara nunca se demitiu das suas responsabilidades. O executivo tem uma estratégia implementada com prioridades definidas e estão focalizados em cumprir e que serão, muito provavelmente, diferentes das do deputado Luiz Batista, porém, trata-se de um direito que os assiste.

Referiu também, que internamente não dispõem de condições para proceder à limpeza das praias de forma assídua. No verão do ano passado foi feito um trabalho com muita assertividade, mas este teve um custo que é do conhecimento público e portanto, fora dos meses da época balnear, têm outras prioridades para onde gastar o dinheiro. É feita uma limpeza de dois em dois meses, que é o que é possível, quer ao nível humano, quer dos equipamentos.

Relativamente à colocação de bandas sonoras, informou que já reuniu com os bombeiros e com a GNR e que esta última entende que não há necessidade de as colocar, mas ainda assim, está a ser feito um esforço no sentido da sua resolução, mas condicionado à disponibilidade das rubricas plasmadas em orçamento.

- Ana Mafalda Marques:

Informou que durante o mês de dezembro, a entidade “Brigada do Mar e Conservação do Ambiente” reportou a situação de várias dezenas de gaivotas em estado terminal, em diversas zonas ribeirinhas da margem sul e Alcochete não foi exceção. Este cenário foi denunciado de diversas formas nas redes sociais, por habitantes e visitantes do concelho. Ao longo de várias semanas a situação foi-se verificando, deixando assim de parte uma possível causa natural.

Mais informou que, no mês de janeiro durante uma ação de limpeza na Praia dos Moinhos foram encontradas aproximadamente sete dezenas de gaivotas sem vida e várias embalagens de raticida, que talvez possam justificar o fenómeno, pelo que é com apreensão que a bancada do CDS-PP questionou sobre que informações podem ser transmitidas pelo presidente da câmara e que diligências foram tomadas.

- Henrique da Câmara:

Afirmou saber que o presidente da câmara nada assumiu face aos problemas com os mariscadores. A questão que anteriormente levantou foi no sentido de saber se face à gravidade do problema e às preocupações demonstradas por este em 2018 e volvidos dois anos, se a questão já teve algum desenvolvimento ou não no sentido de minimizar os prejuízos.

Em relação ao prédio na avenida 5 de Outubro, o que viu foi uma situação anormal em relação à sua casa e também não entendeu a necessidade que tiveram quer o presidente



quer o vereador Pedro Lavrado em referir que o projeto foi aprovado pelo anterior executivo.

Mais disse, que o presidente da câmara é um grande defensor do património ambiental do município, contudo, defende a vinda do aeroporto para a BA6.

- Luiz Batista:

Reforçou a questão das descargas, lembrando que a primeira abordagem foi efetuada na reunião de 11 de dezembro, pelo vereador Pedro Louro, tendo também referenciado o problema da morte das gaivotas.

Trata-se de um crime ambiental grave que não é da responsabilidade direta da câmara, contudo, a câmara está a pagar a um prestador de serviços para que o trabalho seja feito e na verdade está mal feito. Como tal, solicitou que a câmara através dos serviços de fiscalização, possam efetuar visitas diárias ao local.

Mostrou disponibilidade para integrar um Grupo de Trabalho em conjunto com as outras bancadas, para visitar a ETAR e assim, ficarem com noção dos problemas que se passam. Entende também que deveriam ser acompanhados por alguém da Simarsul porque a situação lhe parece grave e em pleno século XXI lançar efluentes no rio não é admissível, dado existirem soluções técnicas para o efeito.

Questionou se já foi feito algum contacto com as pessoas eleitas para a CPCJ por esta assembleia, os quais irão substituir os anteriores e para que de facto possam tomar posse na Comissão.

- Presidente da assembleia:

Os representantes da assembleia foram eleitos em março, há três anos, pelo que cessarão funções no próximo mês de março e deverá ser a CPCJ a convocar os eleitos para tomar posse. Aguarda que o procedimento seja feito, porque caso não o seja serão tomadas as medidas necessárias para que tal aconteça.

- Presidente da câmara:

Parabenizou todos os Movimentos, realçando a Brigada do Mar, pessoas anónimas e voluntários, que dão um contributo extraordinário na limpeza das praias de Alcochete e Samouco. Salientou que é com este tipo de atos que as pessoas marcam a diferença e fica contente por isso acontecer no concelho.

De seguida esclareceu ter sido a câmara a alertar o SEPNA da GNR e o Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta para a questão das gaivotas. A competência é destes dois organismos e pertence-lhes por isso apurar as causas para se saber de facto o que aconteceu e se porventura existirá alguma relação direta entre a morte das gaivotas e os detritos de raticida encontrados na praia.

Não houve uma informação oficial por parte do ICNF, apenas uma conversa verbal e daí saber que foi efetuado um despiste das doenças endémicas, mas não foi apurado nenhum sintoma de nenhum vírus, ou seja, entendem que não haver correlação direta entre a morte das gaivotas e os detritos de raticida.

Ainda em relação às descargas, realçou que a câmara foi avisada a 11 de dezembro e numa primeira abordagem houve alguém do executivo que afirmou ser uma situação que ocorre pontualmente e daí terem ficado na expectativa. Quando há quinze dias atrás o vereador Pedro Louro reportou a situação, (e, entretanto alguns municípios também o fizeram), a câmara de imediato contactou telefonicamente o administrador da Simarsul (entidade competente para o efeito), mas este nunca atendeu o telefone. Para além dos telefonemas, foram também remetidos e-mails e ofício.

Concordou com a sugestão de reunir uma equipa que se desloque às instalações da ETAR e verificar o que acontece “in loco”.

Em resposta ao deputado Henrique da Câmara, esclareceu que a última reunião que houve com as diversas entidades não foi em 2018, mas sim em 2019. Em 2018 realizou-se uma e em 2019 outra mais alargada, de acordo com o que foram os pareceres dos intervenientes da primeira reunião, por elementos presentes da Procuradoria Geral da República, do IPMA e outros que conseguiu juntar, sendo ao todo cerca de 19 entidades, todas com responsabilidade na matéria. Com isto tenta-se fazer parte da solução do problema que afeta o concelho e em particular Alcochete e Samouco.

Perante a multiplicidade de opiniões emitidas, utilizou a expressão brejeira “eu já me estou borrifando” para os crimes económicos, ambientais, mas passar na via pública e ver os mariscadores despirem-se completamente e deixarem as fraldas sujas com as necessidades que fizeram por ali espalhadas, é demais, apesar de obviamente, considerar os outros crimes atrás referidos muito graves.

Referiu que a câmara está em contacto permanente com a APL que é a entidade responsável pela gestão da ponte-cais, mas o sentimento é de impotência para se poder dar uma resposta assertiva na resolução do problema.

Em relação ao Albergue, frisou que não tem a capacidade de saber se poderá ou não acontecer uma derrocada. As condições que encontraram foram assinadas por dois conjuntos de técnicos e perante isso, entenderam encerrar o equipamento.

- Henrique da Câmara:

Confirmou que o mandato dos elementos da CPCJ terminou em 23 de março e que em princípio a reunião de março, será já em data posterior, pelo que já não estarão em funções. Colocou ainda a questão de haver um membro da assembleia que já não é deputado (a Iolanda), logo deverá haver uma reestruturação da situação.

- Presidente da assembleia:

Esclareceu que não é necessário ser deputado municipal e que a CPCJ articulará a nomeação das pessoas em tempo oportuno.

De seguida, deu conhecimento de uma carta enviada pelo ex-vereador José Luís dos santos Alfélua, a pedido deste e dirigida à assembleia municipal. A mesma ficará anexa a esta ata como Doc.1.

- Luiz Batista:

Solicitou que através da sua pessoa, seja comunicado ao ex-vereador, o reconhecimento e agradecimento do PSD pelo que ele fez ao longo dos anos pelo concelho. Em bancadas e situações diferentes, com algumas discussões (algumas bastante acaloradas), mas sempre com uma finalidade, a do bem para Alcochete.

Desejou-lhe as maiores venturas na sua vida pessoal e que consiga com esta separação continuar com saúde. Em seu nome e em nome do partido que representa agradeceu uma vez mais a dádiva que fez na área política no concelho de Alcochete.

**Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Andreia Sousa:

Pelo PSD apresentou uma moção sobre “Reduzir o desperdício para melhorar o ambiente”. (Documento anexo à minuta da ata)

Submetida á discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Diogo Mourão:

Concordou com o proposto, na medida em que se torna necessário reduzir o desperdício para melhorar o ambiente, contudo, tem algumas dúvidas em relação ao último parágrafo que refere “ numa fase posterior vender o composto a empresas do setor agrícola, tentando rentabilizar este processo”. Não sabe até que ponto a câmara terá condições humanas e de materiais para recolher os resíduos orgânicos de todo o concelho (de quem esteja disponível para aderir a esta iniciativa) e também porque segundo ouviu na comunicação social trata-se da transposição de uma diretiva europeia, julgando assim, que começarão os trabalhos nos concelhos do país, ou seja, o contentor castanho onde serão depositados os resíduos orgânicos.

Referiu também ter dúvidas que a câmara possa proceder á venda do composto dado ser uma entidade pública a vender a empresas privadas.

- Luiz Batista:

Salientou que todos têm sensibilidade para a pegada ecológica e para o que é importante fazer, tanto mais que o vereador do pelouro tem trazido à assembleia, por diversas vezes, a questão da importância da separação dos lixos e dos custos que tem para o município a não separação destes

Ao proporem esta solução, não estão a inventar nada, dado que já estar a ser implementada noutros lados. Tudo terá o seu caminho (até o de coadjuvação com outros municípios) e começará com as grandes superfícies comerciais, que são os melhores produtores de resíduos passíveis de combustagem. Torna-se necessário começar por algum lado e o município à medida que tiver condições poderá proceder à sua implementação.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

- Andreia Sousa, pelo PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Direito à tauromaquia”.(Documento anexo á minuta da ata)

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Diogo Mourão:

Concorda com a afirmação de que se trata de uma discriminação face àquilo que refere a Constituição da República Portuguesa, onde a tauromaquia está inscrita como espetáculo cultural, porém não está totalmente de acordo com a questão do IVA, porque na sua ótica se trata mais de uma questão que não tem tanta influência na ótica do espetador/aficionado.

- Alexandre Gonçalves:

Referiu que a questão do IVA no bolso dos aficionados e dos que gostam de tauromaquia, não deve ser apreciado de forma tão simples como foi referido. Este tem implicação no negócio em si, na economia que envolve a atividade, podendo levar ao desinteresse por parte dos pequenos empresários que gerem praças em zonas com menor capacidade económica e tudo isto, de forma gradual, poderá conduzir ao fim da tauromaquia.

- Presidente da assembleia:

Esclareceu que os artistas tauromáquicos não pagam IVA, estão isentos. Quem paga são os consumidores. Os curros e os animais pagam 6%, porque são animais. As sociedades de cavaleiros não estão isentas de IVA mas se atuarem em nome individual não pagam.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada com 19 votos a favor e 5 abstenções.

- Ana Lúcia Felgueira Maduro fez declaração de voto em seu nome.

- Henrique de Meneses Infante da Câmara fez declaração de voto em nome da CDU.

- Mário Boieiro fez declaração de voto em seu nome, dizendo: “Abstenho-me porque é uma moção política e acho que a defesa da tauromaquia vai para além do IVA. Se quisermos falar da defesa da tauromaquia, teremos que ir muito mais além da questão do IVA. Não vou deixar de ir à tauromaquia porque vou pagar mais um euro para ir à corrida.

Não devemos estar a usar isto como uma questão orçamental e de imposto, porque a tauromaquia é mais importante que a questão do IVA”.

- Álvaro Costa:

Afirmou que nas grandes causas os pequenos pormenores muitas vezes fazem a diferença e este aumento do IVA é um ataque à tauromaquia. Não sejamos ingénuos, é necessário ter a noção da grandeza das coisas, disse.

Frisou que independentemente do que aconteceu na votação (houve abstenções porquê?) certamente, por uma questão política que também aceita. Se o PSD estivesse no Governo possivelmente abster-se-ia numa moção igual. Tem consciência que neste concelho há muita gente que não gosta da tauromaquia e respeita isso, mas também pede que o respeitem.

-Presidente da assembleia:

Quanto às pessoas que se abstiveram e que não o fariam se tivesse outro partido no Governo, esclareceu que quanto a si o deputado Álvaro Costa está muito enganado. Não faz considerações sobre os votos dos outros e muito menos afirma que votam desta maneira ou de outra por causa do Partido.

A tauromaquia vai muito para além disto, disse.

- Diogo Mourão:

Explicou que na bancada do PS não há amarras partidárias, todos têm liberdade de voto em todas as matérias. É aficionado e entende que a questão do IVA é um pormenor.

- Carla Pereira:

Pelo PS, apresentou um Voto de Louvor “Às coletividades do concelho”. (Documento anexo à minuta da ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

Pedro Ferreira, apesar de já ter ocorrido a votação do anterior Voto de Louvor, sugeriu que também ficasse no mesmo, a referência ao centésimo aniversário da Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense, o que foi aceite por unanimidade.

- Ana Maduro:

Pelo PS, apresentou um Voto de Congratulação “Pelos 122 anos da Restauração do Concelho”. (Documento anexo à minuta da ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Diogo Mourão, pelo PS, apresentou uma proposta de Gravação/transmissão *on-line* das sessões da assembleia municipal”. (Documento anexo à minuta da ata)

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Álvaro Costa:

Concordou com o proposto e embora esta se baseie numa deliberação de 2010 e que vem agora novamente a discussão, a verdade é que muitas coisas mudaram em termos financeiros e políticos e até ao nível informático. Entende que a transmissão vai ter que criar condições objetivas para que isso venha a acontecer. A transmissão deverá ser integral.

- Luiz Batista:

Por parte do PSD não há nenhum inconveniente, bem pelo contrário, contudo gostaria de ouvir a posição da câmara sobre a afetação de recursos para que tudo possa ser feito e ainda se acarretará custos.

- Alexandre Gonçalves:

Na sua opinião, a proposta pode ser vista de diversas formas: veja-se o princípio da transparência que é o princípio fundamental. No CDS-PP nada têm a opor e é mesmo um direito e uma obrigação para com quem os colocou neste órgão, ou seja, com quem os elegeu, independentemente de ter votado em cada um dos deputados.

Quanto à redação da proposta fez os seguintes comentários:

Esta não fala só em transparência e a propósito leu a seguinte frase (que considera desagradável): “Fomos confrontados com algumas situações desagradáveis relacionadas com este órgão”. Quer o presidente da câmara, quer o da assembleia, ou o deputado A,B,C., todos são a assembleia e portanto não se sente confortável ao fazer a leitura.

O texto, refere também gravações escondidas e publicadas e supõe que seja nas redes sociais, é o que depreende de forma enviesada e isto deixa-lhe alguma tristeza e deveria entristecer a todos ver isto escrito. Provavelmente, deveriam era estar todos a subscrever esta proposta em nome do dever, da obrigação democrática que todos têm para com os eleitores e não para colmatar este tipo de coisas, que são absolutamente reprováveis.

Como complemento, afirmou que começa a sentir alguma tendência para se policiarem e não é isso que devem fazer (pediu desculpa caso esteja a ser injusto). Devem sim, defender transparência e os deveres e obrigações que têm para com os eleitores, única e exclusivamente, disse.

- Henrique da Câmara:

Fez proposta de recomendação à câmara, para que fosse adotado o mesmo procedimento nas reuniões de câmara, o que foi aceite pelo PS.

Presidente da assembleia:

Esclareceu que a assembleia pode propor e a câmara acatará ou não de acordo com a legislação.

Como esclarecimento ao deputado Alexandre, disse que já tinha perguntado nos serviços jurídicos da câmara se podia fazer uma queixa crime, dado que na última assembleia foram colocadas questões ao presidente da câmara e as respostas foram gravadas sem conhecimento de ninguém e nisto tem dúvidas que a Lei o permita. A gravação “ipsis verbis” cortada aos bocados já foi posta no *facebook*. É contra estas coisas e para que não seja possível manipular aquilo que aqui é dito e com base nisso fazer o que se quer.

Os meios tecnológicos presentemente permitem tudo e é na base da transparência que a assembleia deve ter para com as pessoas que concordou com a proposta apresentada.

- Diogo Mourão:

Informou que a bancada do PS não via inconveniente em estender a proposta às reuniões de câmara.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A câmara tomou conhecimento.

#### **PONTO 2 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – TRANSIÇÃO DE ANO 2019/2020**

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Álvaro Costa:

Questionou se a repartição de encargos já foi feita anteriormente?

-Presidente da Câmara:

Esclareceu que se trata de um ato meramente administrativo, em que foram adjudicados os procedimentos administrativos dos três concursos e em virtude dos mesmos terem sido transferidos os valores do ano económico de 2019 até ao de 2020. Há de facto necessidade de aprovar a transição dos valores e isso é o que está para aprovação na assembleia.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à minuta da ata)

#### **PONTO 3 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2020**

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Referiu que após uma análise exaustiva às necessidades mais urgentes, em função de várias situações, torna-se necessário no cumprimento de uma boa administração, proceder à alteração do Mapa de Pessoal para o presente ano dotando-o com os postos de trabalho necessários ao normal funcionamento dos respetivos serviços.

Recordou que no texto da proposta, existem um conjunto de lugares que ficam livres, quer pela suspensão do contrato de trabalho, quer pelos reformados e ainda pela mobilidade.

- Álvaro Costa:

Afirmou que se trata de uma matéria muito importante para o município. É um documento que tem muita componente técnica, mas tem também uma componente política de opção.

Informou que a bancada da CDU se absterá na votação, pelo facto de terem uma visão e uma noção do Quadro de Pessoal um pouco diferente.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor e 12 abstenções. (Documento anexo à minuta da ata)

#### **PONTO 4 – DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3.º GRAU – REQUISITOS DE PROVIMENTO, ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E DESIGNAÇÃO DE JÚRI**

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Referiu que esta matéria continua a ser um ato de gestão meramente administrativo e vem no seguimento da nova configuração do Quadro da câmara. Passou a haver mais uma unidade orgânica e das existentes, há de facto uma – Divisão de Intervenção Social – que ficou sobrecarregada e daí a necessidade de se criar o dirigente intermédio de terceiro grau.

-Álvaro Costa:

Afirmou que a matéria se insere dentro do ponto anterior e questionou se também não será necessário criar mais um lugar de dirigente intermédio de 3.º grau para a DAOML?

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que a DAOML se dividiu em duas unidades, ou seja, a DOM e a DISU, daí não haver necessidade de criar mais um lugar.

- Luiz Batista:



Entendeu a explicação do presidente da câmara, mas alertou para o facto de ser necessário alterar o ROSM, porque na sua opinião, embora seja uma pequena alteração, esta implica que o Organograma da câmara seja alterado e isso é da competência da assembleia municipal.

Com a transferência de competências que o município vai aceitar, a DIS começará a ter um conjunto de competências e de decisão, que a curto e médio prazo, pelo que certamente deverá ser transformada em mais uma Divisão para poder vir a dar resposta a tudo.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que analisou o assunto da possível alteração do ROSM junto do gabinete jurídico e o entendimento é diferente do que tem o deputado Luiz Batista, pelo que o Organograma fica o mesmo.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor e 10 abstenções. (Documento anexo à minuta da ata)

## **PONTO 5 – ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereadora Maria de Fátima Soares:

Com a permissão do senhor presidente da câmara, explicou que a construção desta estratégia decorre do contexto da aceitação da descentralização de competências na área da saúde.

O Decreto-Lei n.º 33/2019, de 30 de janeiro, artigo 7.º, prevê que a câmara elabore a estratégia municipal de saúde devidamente enquadrada e alinhada com o Plano Nacional de Saúde e os Planos Regionais de Saúde. O município de Alcochete desenvolve uma articulada integração de muito perto nesta área, com uma relação muito próxima, através do Plano Local de Saúde do Agrupamento do Arco Ribeirinho, o qual engloba os concelhos de Alcochete, Montijo, Moita e Barreiro.

O que definirá o Plano Estratégico Local de Saúde, terá a ver com as medidas de intervenção em cada concelho, neste caso, e em cada um dos eixos estratégicos identificados no Plano Local de Saúde do Agrupamento. O Plano Local de Saúde vai “beber” ao Plano Nacional de Saúde e a partir daqui será definida a sua estratégia.

Os eixos que estão definidos têm a ver com a cidadania e saúde, os afetos, a alimentação, o ambiente e o movimento, bem como a definição e identificação dos objetivos e ações a concretizar no biénio 2020/2021.

O documento em apreço não tem as propostas, metas e os indicadores, dado que posteriormente será criado o Conselho Municipal de Saúde, querendo a partir daí, encontrar os parceiros, desejando que estes também se envolvam na estratégia municipal de saúde, para depois se estabelecer o calendário e a forma de executar.

- Luiz Batista:

Referiu que assistiu à reunião de câmara onde o documento foi aprovado e nada tem contra o mesmo, pelo contrário, dado que todos estes documentos são bons quando se tem uma plataforma que ajuda a projetar o trabalho.

Contudo, chamou a atenção para o problema da saúde oral, quer seja nas crianças ou idosos, que considera de uma grande importância, dado ser um fator precursor de muitas doenças.

A área da Nutrição é também importante, pelo que congratulou com o facto de o Centro de Saúde de Alcochete já ter em funções uma nutricionista e lembrou que nesta área deveriam ser feitos rastreios nas escolas no sentido de ensinar a comer de forma saudável. Também se congratula com o facto de a alimentação nas escolas já ser controlada e obedecer a um determinado número de padrões, apesar de ainda haver muito para fazer.

Em relação à área dos afetos lembrou a questão do isolamento e do conforto nos idosos, onde também ainda há muito para fazer, no sentido de contribuir para uma melhor qualidade de vida e de saúde para todos.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor e 10 abstenções. (Doc.13) (Documento anexo à minuta da ata)

Susana Maia fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à minuta da ata)

## **PONTO 6 – CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO CONSULTIVA – (REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DE ALCOCHETE)**

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da assembleia:

Explicou que a assembleia recebeu um ofício da CCDR, a solicitar a indicação de um membro da assembleia para integrar a Comissão Consultiva relativamente ao PDM de Alcochete.

Face ao pedido, propôs que a assembleia indique um elemento que se proponha ser eleito para este órgão consultivo.

- Álvaro Costa:

Entende que a votação deve ser feita por escrutínio secreto e em termos dos eleitos e das suas obrigações, nenhum membro pode dizer que não aceita. Posteriormente pode é apresentar razões objetivas para o seu impedimento.

- Alexandre Gonçalves:

Na sua opinião a votação deve ser por escrutínio secreto, independentemente da forma. Lembrou que já existe uma Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território e quer se queira, quer não, acaba por estar a esta Comissão Consultiva. A Comissão tem representantes de todas as bancadas e na sua primeira reunião elegeu o seu presidente, daí o CDS entender que deve ser este a fazer parte da Comissão Consultiva.

- Luiz Batista:

Afirmou que nunca é bom falar em causa própria e referiu que a Comissão a que preside já se encontra constituída e tem esta função a que alude o pedido, pelo que se encontra disponível, caso seja o entendimento da assembleia, para integrar a Comissão Consultiva, assumindo a representação deste órgão junto da CCDR.

- Presidente da assembleia:

Lembrou que também faz parte da Comissão de Urbanismo e Ordenamento do Território, porém esta Comissão não foi constituída para representar a assembleia num órgão consultivo da CCDR e esclareceu que o eleito deve ser nomeado em sessão da assembleia através de votação por escrutínio secreto.

- Álvaro Costa:

Frisou que não se deve confundir a Comissão Consultiva com a já anteriormente constituída, dado que a Comissão de Urbanismo vai muito para além do PDM.

Reiterou que é necessário distribuir os votos e cada membro vota no nome de um deputado que achar competente para o desempenho das funções, não havendo por isso candidaturas, mas sim o resultado de uma votação nominal e secreta. Esta proposta de votação foi aceite por unanimidade.

Submetida à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço: 10 votos
- Mário Manuel Catalão Boieiro: 9 votos
- Luiz Branco Batista: 5 votos

Desta forma, ficou eleita Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, para a Comissão.

#### **PONTO 7 – PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DO EDIFÍCIO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE, SITO NA PRAÇA DA CULTURA, N.º 87-ALCOCHETE**

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Explicou que a proposta resulta de um requisito indispensável para a apresentação da candidatura que submeteram ao POR 20/20 e que visa a reabilitação exterior do Fórum Cultural de Alcochete e o respetivo arranjo paisagístico do espaço envolvente ao mesmo.

Deu conta que a edilidade em tempo útil, enviou o processo para parecer da DGCP, nos termos previstos na legislação, contudo, o mesmo ainda não foi rececionado nos serviços e o prazo estipulado era de 45 dias, pelo que por força da lei é considerado parecer favorável, e por isso, a câmara deu início ao respetivo procedimento. O processo de abertura do procedimento esteve em consulta pública durante 30 dias, mas não houve pronúncia de interessados.

Submetida á votação, foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à minuta da ata)

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 00:45 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,